

O PROTAGONISMO POPULISTA NO SÉCULO XXI

POPULIST PROTAGONISM IN THE 21ST CENTURY

Daniel Guedes Silva Daher¹

¹Universidade Federal de Pernambuco (DCP - UFPE), Recife, PE, Brasil. E-mail: daniel.daher@ufpe.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2392-9635>

Liliane Gobetti Fagundes²

²Universidade Federal de Pernambuco (DCP - UFPE), Recife, PE, Brasil. E-mail: liliane.fagundes@ufpe.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4533-4237>

Recebido em: 31/05/2022 | Aceito em: 09/10/2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

Desde a escolha pela saída do Reino Unido da União Europeia através do Brexit, e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais americanas, ambos em 2016, muito tem se falado sobre a crise democrática e o populismo. O presente trabalho investiga por quê o populismo se tornou protagonista na política do século XXI. Como objetivo principal, propomos uma análise crítica sobre as causas e possíveis implicações de crises democráticas e emergência de lideranças populistas. Partimos de uma abordagem mista com análise do índice Gini em treze democracias para medirmos sua relação com a ascensão de líderes populistas ao poder. Os resultados mostram que a variação do índice Gini não é suficiente para explicar o referido fenômeno. Espera-se que este trabalho coopere para uma reflexão sobre o atual momento vivido por várias democracias no século XXI.

Palavras-chave: Democracia; Instituições; Populismo.

ABSTRACT

Since the choice for the United Kingdom to leave the European Union through the Brexit, and the victory of Donald Trump in the American presidential elections, both in 2016, much has been said about the democratic crisis and the populism. This paper investigates why populism has become a protagonist in the 21st century's politics. As the main objective, we propose a critical analysis of the reasons and possible implications of democracy's crises and, the populist's leadership emergence. We start from a mixed approach with analysis of the Gini index in thirteen democracies to measure its relationship with the rise of populist leaders to power. The results show that the variation of the Gini index is not enough to explain the mentioned phenomenon. It is expected that this work will contribute to a reflection on the current moment experienced by several democracies in the 21st century..

Keywords: Democracy; Institutions; Populism.



INTRODUÇÃO

Em 1989, Francis Fukuyama publicou no *The National Interest* o artigo “*The End of History?*”, no qual argumentou que com o progressivo aumento da autonomia política e econômica dos países que compunham a União Soviética e com o fim de vários regimes autoritários na América Latina, África e Ásia, era evidente o triunfo da democracia liberal sobre as demais ideologias, de modo que sociedade chegara finalmente ao fim da história. Em 1992, faz de seu então artigo, um livro, “*The End of History and The Last Man*”, no qual mantém e aprofunda os fundamentos do primeiro. Para o autor, com o término da Guerra Fria, a humanidade alcançou o último estágio na evolução ideológica política e na forma de governo: a democracia liberal. Essa superou as monarquias absolutistas, derrotou os regimes totalitários do século XX (fascismo, nazismo e, posteriormente, o comunismo) e substituiu ditaduras militares de direita (FUKUYAMA, 1992). Portanto, o fim da história não significou que todos os países se tornariam democracias após os eventos das últimas décadas do século XX, mas que nenhuma outra ideologia seria capaz de competir com a democracia liberal (FUKUYAMA, 1992; MÜLLER, 2016).

Quando falamos democracia liberal estamos nos referindo a um regime político fundamentado na liberdade e igualdade, em que há o devido respeito às regras do jogo democrático e ao estado de direito, além de proteger minorias contra majorias momentâneas, uma vez que todos são reconhecidos como iguais (FUKUYAMA, 1992; DAHL, 2012; MOUNK, 2019; MUDDE, 2019; MÜLLER, 2021). Nesse sentido, a humanidade chegara ao ponto máximo da evolução ideológica, uma vez que a democracia liberal permite a maior liberdade econômica e a consequente superação de tecnologias; concede ao indivíduo viver da forma que acreditar ser adequada; e o mais importante, assume uma igualdade mútua entre as pessoas (FUKUYAMA, 1992).

Ao longo da sua história, a democracia passou por várias modificações, adaptando-se às novas necessidades e ganhando ressignificados (ROSANVALLON, 2021). O regime até hoje enfrenta altos e baixos, tendo colapsado em alguns países, a exemplo da República de Weimar instaurada na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, e Chile do começo da década de setenta sob o governo de Salvador Allende; ao mesmo tempo, conseguiu manter-se consolidado nos Estados Unidos e no Reino Unido.



Para Fukuyama (1992), na medida em que o século XX chegava próximo ao fim, não surgira nenhum novo antagonista à democracia. Todavia, as primeiras décadas do século XXI têm testemunhado um fenômeno que não ameaça o regime democrático de forma explícita (MÜLLER, 2021), mas se utiliza da democracia para acabar com a mesma de dentro para fora (PRZEWORSKI, 2019): a emergência do populismo. O principal problema do governo populista é quando ele consegue subverter as instituições e as regras de jogo democrático, conduzindo ao que Rosanvallon (2021) chamou de democratura: “um tipo de regime fundamentalmente iliberal que conserva formalmente a roupagem de uma democracia” (ROSANVALLON, 2021, p. 307). Dessa forma, o populismo se apresenta como a grande ameaça à democracia no momento atual (ROSANVALLON, 2021), o novo antagonista não previsto por Fukuyama. No presente trabalho utilizaremos a definição proposta por Mudde e Kaltwasser (2017) que afirmam que o populismo é uma ideologia fina que considera a sociedade dividida em dois grupos antagônicos: o povo puro e a elite corrupta.

Assim, este artigo investiga o porquê o populismo se tornou protagonista na política do século XXI. Tem como objetivo principal, desenvolver uma análise crítica sobre as causas e possíveis implicações de crises democráticas e ascensão de líderes autoritários. A análise metodológica parte de uma abordagem mista para o estudo do índice Gini em treze democracias e sua relação com a emergência de líderes populistas. Para isso, encontra-se dividido em quatro partes. A primeira e a segunda parte são um breve histórico sobre populismo e crises democráticas. Na terceira, há uma tentativa de conceitualização e contextualização do populismo. A quarta apresenta algumas considerações sobre o funcionamento da democracia.

1. RUPTURAS DEMOCRÁTICAS NO SÉCULO XX: ALEMANHA E CHILE

Nos últimos anos, a ascensão de lideranças populistas ao poder Executivo (PRZEWORSKI, 2019), e o seu ganho de cadeiras no parlamento de diversos países, inflamou o debate sobre a recessão democrática. Diamond (2015; 2020) chama a atenção por ser um momento delicado, no qual desde 2006: o número de democracias liberais está diminuindo, o número de democracias que ruíram, aumentou; e, a pontuação de liberdades civis e direitos políticos encontram-se em declínio na escala da *Freedom House*.



Autores a exemplo de Levitsky e Ziblatt (2018) são mais pessimistas e apontam o referendo do *Brexit*, e a vitória de Donald Trump, ambos em 2016, como sintomas de uma grande crise democrática. Para dar suporte ao argumento, os mesmos autores comparam os EUA à Rússia, Turquia, Filipinas, Hungria, entre outros países com curto, e conturbado, histórico de experiência com a democracia (HUNTINGTON, 1991).

Em meio ao debate sobre fim de democracias, Adam Przeworski (2019) ensina que o passado é um guia para tentarmos entender se, de fato, uma democracia está em crise e se sua ruína é iminente. O autor atenta para três sinais: condições econômicas, ou seja, taxas de crescimento e distribuição de renda; história democrática do país, que se refere ao tempo em que determinado Estado vive uma democracia, além da troca de governos após a realização de eleições justas; e, por fim, às divisões sociais encontradas em cada país. Portanto, nesta seção, propomos a análise das conjunturas que induziram duas democracias ao colapso e à instauração de um governo totalitário e uma ditadura militar: a Alemanha da República de Weimar e o Chile de 1973, respectivamente.

Antes, entretanto, é preciso esclarecer as motivações que nos incentivaram a escolher tais casos. No século XX a democracia rivalizou com os regimes totalitaristas e autoritários, ambos abertamente antidemocráticos, que serviram de base ideológica para a ruptura institucional. A importância de estudar o processo vivenciado na Alemanha e no Chile está em compreender como as democracias ruíram no passado, para que possamos comparar com os caminhos que têm provocado à erosão democrática na atualidade (DIAMOND, 2020).

Um deles passou pela instauração do regime nazista, fundamentado na superioridade racial e no nacionalismo, que impulsionou não somente à Segunda Guerra Mundial, mas ao Holocausto, com a perseguição a judeus, negros, e outras minorias (EATWELL e GOODWIN, 2020; MUDDE, 2019). Quanto ao Chile, o país presidido por Pinochet durante dezessete anos vivenciou uma das ditaduras mais severas da América Latina, somando um total de 40.018 vítimas, entre mortos, presos e torturados (BBC NEWS, 2011). Esse último ilustra um típico caso em que não somente as instituições demonstraram um mau funcionamento, levando um governo democraticamente eleito à completa desestabilização como representa o arquétipo presente no imaginário ao pensar no fim de regimes políticos: o golpe de Estado.



A República de Weimar nasce após a desastrosa derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Deu fim à monarquia e concedeu aos cidadãos mais direitos e maior representação política (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019). Mas a democracia alemã viria a enfrentar sérios problemas estruturais que não colaboraram para sua concretização. Um deles diz respeito ao fato de que não havia comprometimento com um regime democrático por parte de muitas forças políticas na Alemanha. O Partido Comunista e o Partido Social-Democrata Independente, ambos representantes da extrema esquerda, desejavam uma revolução socialista, um anseio partilhado por aproximadamente cinquenta por cento da esquerda alemã bem como, várias instâncias da direita eram monarquistas e autoritárias, recusando-se a viver em uma república (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019; PRZEWORSKI, 2019).

Os altos custos impostos pelos Aliados à Alemanha ao fim da I Guerra desempenharam forte papel na polarização entre o povo alemão, uma vez que setores à direita culpavam os comunistas e sociais-democratas pela perda da Guerra (PRZEWORSKI, 2019). Em razão da desconfiança mútua entre os setores políticos e a falta de confiança nas instituições democráticas recém-nascidas, a Alemanha viveu um longo período de caos nas ruas, no qual grupos paramilitares do Partido Nazista, Comunista e Social-Democrata constantemente protagonizaram confrontos extremamente violentos (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019).

A crise financeira de 1929 também contribuiu para o colapso da democracia alemã, pois provocou declínio nos investimentos e altos índices de desemprego, o maior já registrado em uma economia avançada (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019). Conforme pontuado por Acemoglu e Robinson (2019), a insegurança econômica que pairou na Alemanha no começo dos anos 30 foi fundamental para atrair a classe média, trabalhadores rurais e jovens à promessa de reconstrução nacional proposta pelo Partido Nazista.

Por fim, o arranjo institucional da República de Weimar foi essencial para a instabilidade política que se seguiu até 1933. O país não era puramente parlamentarista, mas *president-parliamentarism*², conforme descrevem Shugart e Carey (1992). O presidente alemão, Friedrich

² Shugart e Carey (1992) descrevem dois tipos de governo entre o parlamentarismo puro e presidencialismo puro: o *premier-presidential* e *president-parliamentarism*. No primeiro, o presidente é eleito pelo voto popular e possui alguns poderes estabelecidos pela constituição, mas não necessariamente legislativos. Esses, em maioria, ficam apenas a cargo do parlamento, que possui um primeiro-ministro que é chefe de governo. Já no sistema *president-parliamentarism*, o presidente é responsável por



Ebert e, seu sucessor, Paul von Hindenburg, era investido de fortes atribuições, como indicar e destituir o chanceler, nomear e desligar os ministros que compunham o gabinete e, também gozava do poder de dissolver o Parlamento Alemão, o *Reichstag* (SHUGART e CAREY, 1992). Tais poderes quase absolutos do presidente incentivaram seguidas dissoluções do Parlamento Alemão, em razão da possível adoção de políticas que fossem de encontro à vontade do presidente ou pela simples ameaça de remoção de um dos membros do gabinete, o que diminuiu o incentivo para a formação de uma coalizão (SHUGART e CAREY, 1992).

Ademais, o sistema eleitoral alemão era proporcional sem cláusula de barreira, o que permitiu, tomando em conta a polarização do país, um excesso de partidos heterogêneos no *Reichstag*, de maneira que nenhum deles conseguia cadeiras suficientes para formar uma maioria, provocando a composição de coalizões instáveis, constantemente dissolvidas³, levando o governo à estagnação (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019; PRZEWORSKI, 2019; DIAMOND, 2020). A grande instabilidade vivida pelos alemães possibilitou que o partido Nazista se tornasse o maior da Alemanha em 1932 (SHUGART e CAREY, 1992; PRZEWORSKI, 2019). O presidente Hindenburg, temendo a eclosão de uma guerra civil e o aumento de atos violentos por parte dos membros do partido Nazista, nomeou Hitler chanceler em janeiro de 1933, dissolveu o *Reichstag* e nas novas eleições os nazistas obtiveram 44% dos votos e uma coalizão com 52% do parlamento (SHUGART e CAREY, 1992). Após isso, o líder nazista conseguiu a aprovação da Lei de Concessão de Plenos Poderes de 1933, que lhe outorgou poderes para governar por decreto e se distanciar da constituição (PRZEWORSKI, 2019).

Já o Chile, com uma democracia datada de 1938 e com diversas alternâncias partidárias, vivia há décadas uma grande desigualdade de renda, com o índice de Gini atingindo 50,3, no ano de 1968 (PRZEWORSKI, 2019). Além disso, o Chile também era profundamente dividido entre urbano (rico) e rural (pobre) (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019). A constituição chilena de 1925 fortaleceu os poderes presidenciais e estabeleceu que quando nenhum candidato conquistasse a maioria absoluta dos votos, o presidente deveria ser escolhido pelo Congresso chileno (SHUGART e CAREY, 1992). Referido órgão, portanto, manteve uma tradição durante todas as eleições

formar o gabinete. Este está submetido não apenas ao parlamento, mas também ao presidente, que pode, inclusive, dissolver o parlamento quando achar necessário.

³ Entre 1919 e 1933 foram formados 22 gabinetes (PRZEWORSKI, 2019).



presidenciais em que nenhum dos candidatos conseguiu obter mais de 50% dos votos, em 1946, 1952, 1958 e 1970: nomear aquele com o maior número de votos recebidos na eleição popular (SHUGART e CAREY, 1992).

Nas eleições de 1970, Salvador Allende, do Partido Socialista, apoiado pelas forças de esquerda, obteve 36,1% dos votos, contra 35% do candidato da direita, Jorge Alessandri e 28% de Radomiro Tomic, dos democratas cristãos (PRZEWORSKI, 2019). Uma vez que nenhum candidato conseguiu maioria absoluta, coube ao Congresso decidir o vencedor, resultando no êxito de Allende após seu partido firmar uma aliança com os democratas cristãos (PRZEWORSKI, 2019).

A coalizão de Allende foi chamada de Unidade Popular e era bastante complexa, abraçando o Partido Radical, Partido Comunista, Partido Socialista (do presidente eleito) e outros pequenos grupos (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019; PRZEWORSKI, 2019). Ademais, o Congresso estava bastante dividido, com os democratas cristãos consistindo no partido chave para que Allende pudesse governar (PRZEWORSKI, 2019). A missão de Allende era conciliar pautas adequadas tanto para os democratas cristãos, quanto para os integrantes da sua coalizão. Para agravar ainda mais o quadro, pouco depois da eleição, setores da direita chilena com o apoio dos EUA, receosos de que Allende tentasse implantar um regime socialista, deram início uma campanha para desestabilizar o governo recém-eleito.

Allende conseguiu piorar sua situação quando, em 1971 declarou: “Nós vencemos de acordo com as regras deles. Nossa tática foi correta, a deles foi errada. Mas eu disse ao povo: entre 3 de setembro e 4 de novembro, o Chile vai tremer mais do que uma bola chutada por Pelé”⁴ (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019, p.482). O presidente acreditava que poderia levar o Chile para o socialismo por vias institucionais, mesmo com uma coalizão frágil. Para agravar, Allende não conseguia controlar membros do seu partido e apoiadores, uma vez que os primeiros queriam o socialismo de imediato, e os últimos promoveram violentas agitações e 456 ocupações de latifúndios só em 1970, indo de encontro ao apelo do governo (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019; PRZEWORSKI, 2019).

⁴ No original: “We win within their rules of the game. Our tactic was correct, their was wrong. But I told the people: Between September 3 and November 4, Chile is going to shake more than a soccer ball kicked by Pele.”



Em meio a tantas agitações de rua, um governo inoperante, greves e ocupações, crescia a pressão da oposição e da elite para a queda de Allende. Nas eleições parlamentares de 1973, pouco antes do golpe militar, os partidos dividiram-se em dois grandes grupos: um a favor e outro contra a coalizão liderada por Allende, na qual a oposição recebeu 52% dos votos, o que não foi suficiente para impeachment e impossibilitou quaisquer negociações entre o presidente e Congresso, visto às diferentes visões que ambos tinham sobre a direção que a política chilena deveria seguir (SHUGART e CAREY, 1992; PRZEWORSKI, 2019).

Uma vez que Allende usufruía de vários poderes legislativos, era abertamente oposto às políticas advogadas pela maioria do Congresso e com mais três anos de mandato para cumprir, a eleição parlamentar de 1973 intensificou a polarização vivida pela sociedade chilena, causando uma crise institucional (SHUGART e CAREY, 1992). Um golpe militar passou a ser a única solução vislumbrada pelos partidos de oposição, apoiado, inclusive, pelos democratas cristãos (PRZEWORSKI, 2019). Em setembro de 1973 as forças armadas tomaram o poder.

Algumas lições a serem aprendidas com base nos fatídicos fins da democracia alemã e chilena: primeiro, as instituições importam; por importarem, instituições precisam funcionar. Em uma sociedade extremamente fragmentada e desprovida de compromisso com a democracia, um sistema proporcional sem cláusula de barreira não permite que ninguém consiga governar; some-se isso a um presidente com poderes de dissolver o parlamento sempre que achar necessário, além de poder apontar e retirar membros de gabinete sem qualquer necessidade de aprovação legislativa e tem-se a receita para o fracasso institucional (caso alemão). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os democratas alemães, durante a restauração da democracia germânica, reformaram o sistema eleitoral, passando a requerer de cada partido ao menos 5% dos votos para que pudesse fazer parte do parlamento. Uma cláusula de barreira que conseguiu deixar os extremistas longe do *Bundestag* até 2017, quando o Alternativa Para a Alemanha (AfD) tornou-se o terceiro partido mais bem votado do país (DIAMOND, 2020). A Constituição alemã de 1949 também diminuiu os poderes do presidente, tornando o cargo meramente representativo e cerimonial, de modo que o Parlamento alemão detém o poder de direcionar a política do país.

O Chile, por outro lado, experimentou um presidencialismo minoritário. Allende não foi eleito por uma maioria sólida, e sim por um acordo firmado no Parlamento, no qual se



comprometia conciliar a agenda da sua coalizão com os interesses dos democratas cristãos, e tal pacto foi renegado pelo próprio presidente posteriormente.

Allende não tinha um mandato popular para fazer transformações econômicas e sociais de longo alcance: ele chegou à presidência em meio a uma escassa maioria e a sua coalizão nunca teve maioria absoluta no Legislativo (PRZEWORSKI, 2019, p. 90).

A classe alta tinha interesse em preservar seus privilégios e jamais seria favorável às ideias de transformações sociais e econômicas desejadas pelo presidente e seus apoiadores. Logo, o governo de Salvador Allende já nasceu minoritário e não conseguiria implementar sua agenda unilateralmente. Entretanto, não é possível negar que, na conjuntura chilena, o presidencialismo exacerbou os problemas de um governo no qual o presidente e o Congresso viviam em constante impasse (PRZEWORSKI, 2019).

Chile e Alemanha foram marcados por instabilidade econômica, cultural e política. Entretanto, além das lições que podemos tirar sobre o fracasso de tais democracias, a exemplo de um sistema partidário muito fragmentado, não é assertivo acreditar que tal colapso democrático vá se repetir na maioria das democracias do século XXI. Conforme aponta Svoblik (2015), fatores como o tempo de democracia de um país e a economia são fundamentais para diminuir a chance de uma virada autoritária. Portanto, apesar de Trump, a possibilidade de colapso em uma democracia como a americana, com mais de 200 anos e com a maior economia do mundo, é mínima (PRZEWORSKI, 2019). O mesmo pode ser aplicado a países como Reino Unido e França, esse último que vem sendo alvo de preocupação em razão do apoio crescente a Marine Le Pen. A Alemanha e Itália, quando vivenciaram a chegada do nazismo e fascismo ao poder, eram países pobres quando comparados ao momento atual em que possuem alta renda per capita (PRZEWORSKI, 2019).

Portanto, não estamos vivenciando os últimos dias da democracia, mas sim a chegada de populistas ao poder em razão de fatores como a perda de apoio a partidos políticos tradicionais, imigração e mudanças culturais (DIAMOND, 2020; BERMAN, 2021). Ou seja, um populista no poder não implica o fim da democracia.



2. OS PERCALÇOS DA DEMOCRACIA

O cenário político contemporâneo é confuso. Na França, a candidata de um partido fundado por neofacistas (MUDDE, 2019), com um longo histórico de posicionamentos antissemitas, racistas e nacionalistas, conseguiu 33% e 41,45% dos votos no segundo turno da eleição presidencial de 2017 e 2022, respectivamente. No Reino Unido, membros do Partido Conservador aderiram à política nacionalista e eurocética advogada pelo UKIP⁵ de Nigel Farage, e pressionaram para que fosse realizado o referendo do *Brexit* (EATWELL e GOODWIN, 2020). Nos EUA, Donald Trump, um empresário bilionário, foi eleito em 2016 com o apoio não só das elites econômicas, mas também da classe trabalhadora, com o pretexto de “devolver a América para os americanos” e lutar contra a o *establishment* corrupto que virou às costas para o povo (MÜLLER, 2021). No Brasil, Jair Bolsonaro, que desrespeita mulheres e abertamente glorifica a ditadura militar, busca à reeleição (PRZEWORSKI, 2019; GURIEV e PAPAIOANNOU, 2021).

Todas essas figuras citadas no parágrafo acima têm uma característica em comum: tratam-se de políticos populistas. Note-se que a ascensão de populistas a cargos eletivos não é um fenômeno recente, é o caso da Venezuela e Bolívia, que vivenciaram esse evento no fim do século XX e nos primeiros anos do século XXI, respectivamente (MÜLLER, 2016; ROSANVALLON, 2021). Há o caso da Hungria, onde Viktor Orbán está à frente do país desde 2010, promovendo sua “democracia iliberal”, e o caso da Polônia onde o Lei e Justiça (PiS) mantém-se à frente do gabinete desde de 2015 (MÜLLER, 2016; DIAMOND, 2020). Entretanto foi com o referendo do *Brexit* e eleição de Donald Trump, ambos em 2016, que o populismo passou a ocupar o centro do debate político (BERMAN, 2021; GURIEV e PAPAIOANNOU, 2021).

Em 2017 observamos Marie Le Pen com o então Frente Nacional⁶ chegar ao segundo turno da eleição presidencial francesa, e o mesmo se repetiu em 2022. Além disso, na Alemanha, o Alternativa Para Alemanha (AfD), marcado pela aderência à direita radical, conquistou 94 e 88 cadeiras no Parlamento alemão em 2017 e 2021, respectivamente (GURIEV e PAPAIOANNOU, 2021). Na Finlândia o Partidos dos Finlandeses, populista de direita radical, é o segundo maior

⁵ Partido de Independência do Reino Unido. Em inglês *UK Independence Party*.

⁶ Em junho de 2018 o partido mudou o nome para *Rassemblement Nacional*, em português, Reagrupamento Nacional, em uma tentativa de mudar a cara do partido, ainda muito marcado por uma imagem racista e antissemita.



partido do parlamento, tendo conquistado 39 cadeiras nas eleições de 2019. Na Itália o atual governo é formado por uma coalizão entre dois partidos da direita radical populista: o Liga do Norte e o Movimento 5 Estrelas (GURIEV e PAPAIOANNOU, 2021).

Entretanto, é importante ressaltar que o populismo também é familiar à esquerda, representado por líderes como Hugo Chávez na Venezuela e Rafael Correa no Equador (ACEMOGLU e ROBINSON, 2019; GURIEV e PAPAIOANNOU, 2020; GURIEV e PAPAIOANNOU, 2021). Ambos alcançaram o poder no começo do século XXI e conseguiram, por meios democráticos, semelhantes a Orbán na Hungria, escrever uma nova Constituição, modificar regras eleitorais e desfavorecer a oposição, de modo a permitir a perpetuação do partido no poder (PRZEWORSKI, 2019; ROSANVALLON, 2021). Uma prática que Adam Przeworski (2019) chamou de sub-repção democrática, ou seja: a utilização de procedimentos legais, comuns às democracias, com o intuito de aparelhar instituições, subverter as regras do jogo e perpetuar-se no poder. Desse modo há dificuldade da percepção do momento em que a democracia cessa de existir e torna-se uma democratura, ou seja, um regime autoritário, no qual as instituições já não são mais independentes e servem para promover a manutenção da liderança populista no poder, mas mantendo uma roupagem democrática (ROSANVALLON, 2021).

Mesmo que lideranças populistas não vençam eleições, o simples crescimento no percentual de votos recebidos no pleito eleitoral já é o bastante para colocar seus discursos em maior evidência, caso de Marine Le Pen na França (MUDDE, 2019). Em contrapartida ao crescimento do apoio eleitoral às lideranças populistas, os partidos que até então vinham sendo os primeiros colocados nas eleições, já não contam mais com a alta proporção de votos que dispunham no fim do século XX (PRZEWORSKI, 2019). Os sociais-democratas são os que mais vêm sofrendo com o declínio no apoio a partidos tradicionais. Os partidos de direita radical vêm ganhando cada vez mais suporte desde 2009, após a crise financeira de 2008 (PRZEWORSKI, 2019). Trabalhadores arruinados enquanto governos gastavam milhões na recuperação de grandes bancos, foi o suficiente para populistas usarem da retórica de que o povo havia sido traído pela elite política (EICHENGREEN, 2018; MOUNK, 2019; GURIEV e PAPAIOANNOU, 2021; ROSANVALLON, 2021). Apesar do Brasil não ter sofrido os efeitos da crise de 2008, os partidos tradicionais tiveram declínio no número de votos na eleição presidencial de 2018. Desde a eleição



de 1994 os partidos mais votados para o Executivo nacional eram PT e PSDB; já em 2018, o PSL, populista de direita radical, conseguiu vencer as eleições, ao passo em que o candidato do PSDB ficou em quarto lugar.

Outro fator que tem levado autores a temer um colapso democrático, é a falta de apoio às democracias em pesquisas de opinião (MOUNK, 2019). Para estudiosos como Foa e Mounk (2016) é de extrema preocupação o fato de muitos jovens, em seis países pesquisados, considerarem menos importante viver em uma democracia. Na Grécia e na Espanha, os dois países mais afetados pela crise financeira de 2008 e com as políticas de austeridade fiscal promovidas pela União Europeia, foram os que a democracia mais perdeu apoio (ARMINGEON e GUTHMAN, 2011 *apud* PRZEWORSKI, 2019).

No entanto, é importante nos questionarmos se tais dados significam se, de fato, a democracia está próxima ou não do seu fim. Przeworski (2019) em uma breve análise lembra que apesar dos números, não há qualquer indicativo que estes sejam um mau presságio. “Seis meses antes do golpe no Chile, apenas 27,5% dos entrevistados achavam que um ‘golpe militar é conveniente para o país’” (PRZEWORSKI, 2019, p.129). Pesquisas de opinião são importantes e servem como um alerta. Porém, não devemos tirar conclusões precipitadas em razão delas. Primeiro, o futuro é incerto e cada acontecimento depende, sempre, das circunstâncias, a exemplo da República de Weimar. Além disso, querer um “líder forte”, como deseja parcela do eleitorado, segundo algumas pesquisas, não é o mesmo que querer abrir mão do direito de escolher e viver em um regime autoritário (PRZEWORSKI, 2019). Todavia, a ascensão de populistas a cargos eletivos, por vias democráticas, tem-se mostrado eficaz em corroer instituições e manter autoritários no poder.

3. POR QUE POPULISMO?

Populismo é um conceito ainda sem consenso acadêmico, gerando várias disputas no campo normativo (CANOVAN, 1999). Nos últimos anos, inclusive, fazer uso do termo de forma pejorativa para desqualificar adversários políticos tornou-se bastante comum.

Para Müller (2016) o populismo “é uma imaginação moralista da política, de modo a perceber o mundo político é dividido entre o povo puro e unificado [...] contra a elite corrupta e



moralmente inferior”⁷ (MÜLLER, 2016, p. 19). Adotamos a definição de Mudde e Kaltwasser (2017), complementar à de Müller, na qual o populismo é uma ideologia fina (ou maleável) que considera a sociedade dividida em dois grupos antagônicos: o povo puro a elite corrupta (aqui estão inclusos os partidos tradicionais, por exemplo). A principal diferença entre o povo e a elite é moral, sendo essa última responsável por impedir que a vontade geral do povo seja realizada⁸. Populistas, portanto, rejeitam várias instituições, a exemplo das Cortes Constitucionais, uma vez que essas têm o poder de vetar leis que contrariem a vontade do “povo”. Os populistas também são anti-pluralistas: apenas eles representam o povo e, caso não saiam vitoriosos nas eleições é porque a elite corrupta interferiu no processo eleitoral, silenciando a voz da população; e, caso estejam no poder e não consigam implementar sua agenda, culparão as elites, tribunais, entre outros (MÜLLER, 2016).

Mas afinal, quais razões corroboraram para a ascensão de populistas?

O primeiro fator que pode ser apontado é o econômico, tanto a estagnação de renda quanto o aumento da desigualdade (EICHENGREEN, 2018; PRZEWORSKI, 2019; GURIEV e PAPAIOANNOU, 2020, BERMAN, 2021). Com a onda de tecnologia gerada pela globalização e a perda de poder dos sindicatos, fruto do neoliberalismo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, muitos trabalhadores perderam empregos em setores como o da indústria e agricultura, migrando em massa para o setor de serviços, que remunera mal (EICHENGREEN, 2018; PRZEWORSKI, 2019; BERMAN, 2021).

Importante ressaltar que as ondas de inovação tecnológica, que surgiram antes e após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, foram responsáveis por gerar novos empregos, aos quais os empregados eram rapidamente treinados para exercerem suas funções e não exigiam trabalhadores com vasta bagagem de conhecimento (EICHENGREEN, 2018). O contrário pode ser dito do avanço tecnológico do século XXI, responsável pelo desemprego daqueles empregados menos instruídos e que podem ser facilmente substituídos, além de exigir bastante conhecimento

⁷ No texto original: “[...] is a particular moralistic imagination of politics, a way of perceiving the political world that sets a morally pure and fully unified [...] people against elites who are deemed corrupt or in some other way morally inferior.” (MÜLLER, 2019, p. 19).

⁸ Povo é um conceito bastante vago, e pode ser moldado pelos populistas para atender as certas características de um determinado eleitorado, como raça, religião, situação socioeconômica.



dos que desejam se inserir no novo mercado, criando uma grande disparidade entre os muitos que recebem baixa remuneração, e os poucos que obtêm grandes salários (EICHENGREEN, 2018).

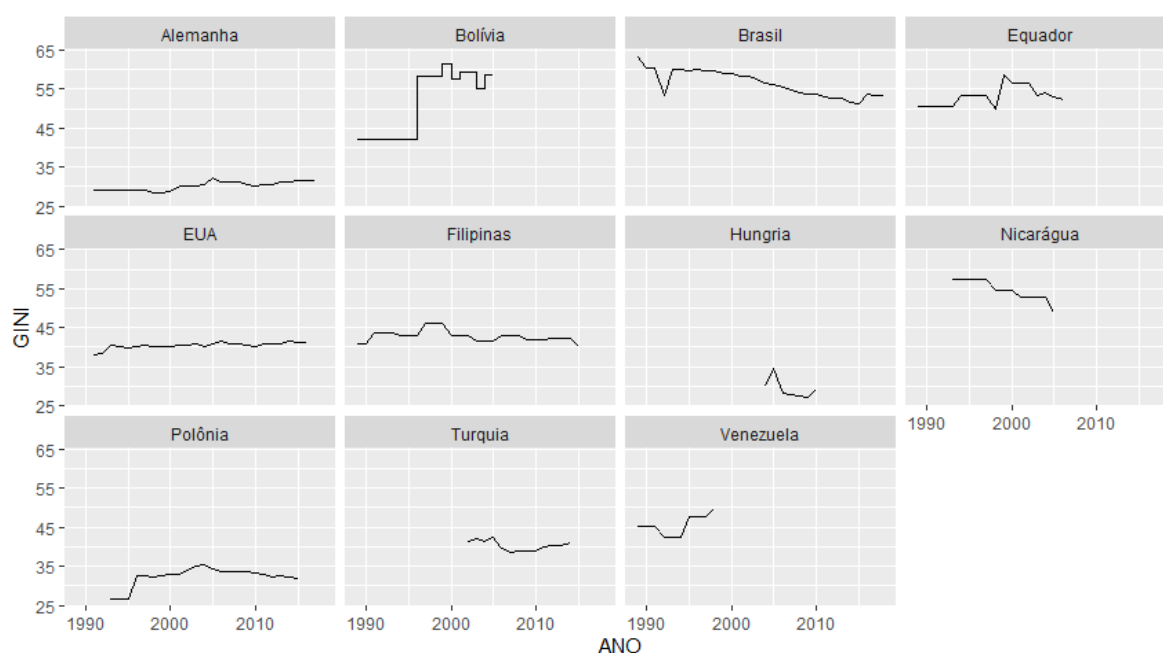
Ademais, as políticas do Estado de bem-estar social também perderam forças em alguns países em razão das políticas de cunho neoliberais, deixando desamparados aqueles que perderam empregos ou tiveram salários reduzidos (EICHENGREEN, 2018). Esse foi um dos principais fatores que influenciou a conquista da presidência e do parlamento por parte do PiS na Polônia em 2015, que em seguida iniciou o processo de subversão das regras democráticas (MOUNK, 2019). As principais pautas do partido consistiam em reverter um programa de aumento na idade de aposentadoria, redução de impostos e ampliação do auxílio-maternidade (MOUNK, 2019). Similarmente, Marine Le Pen durante a campanha eleitoral de 2017, adotou um posicionamento semelhante ao de Jean-Luc Mélenchon em questões de direitos trabalhistas e Estado de bem-estar social (PRZEWORSKI, 2019).

Ainda no que se refere à questão da desigualdade, o Gráfico 1 traz o transcurso do índice de Gini de onze países a partir de 1989⁹ ao ano da vitória eleitoral de relevantes lideranças populistas, no parlamento ou no Executivo.

Gráfico 1: Variação do índice de Gini em onze países de 1989 à eleição de lideranças populistas.

⁹ Escolhemos o ano de 1989 para iniciar a análise do Gini, pois trata-se do ano em que Francis Fukuyama escreveu *The End of History*, onde destaca que com o iminente fim da Guerra Fria a democracia passaria a ser a ideologia dominante ao redor do mundo.





Fonte: Elaborado pelos autores com base no banco de dados de Grymala-Busse e McFaul (2020).

Conforme o gráfico, os países da América Latina são os que possuíam a maior desigualdade no ano em que seus presidentes populistas foram eleitos. Entretanto, Brasil e Equador não passaram por um aumento da concentração de renda quando do momento da eleição de Bolsonaro (2018) e Rafael Correa (2009), embora a mesma estivesse alta.

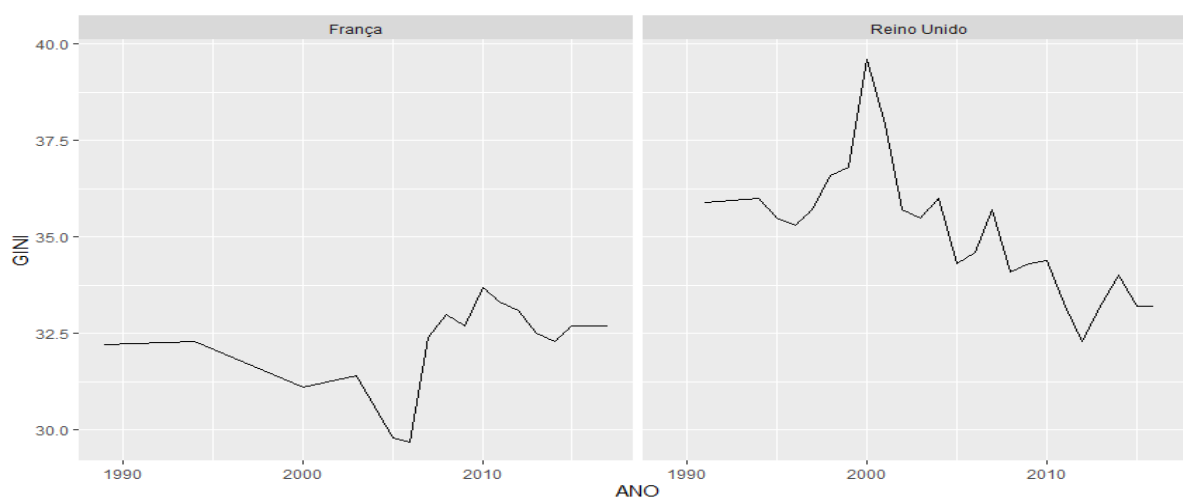
Turquia, Filipinas e Estados Unidos possuíam desigualdade menor que os países latino-americanos, mas ainda alta. Apenas nas Filipinas a desigualdade estava em diminuição quando da emergência de Rodrigo Duterte ao poder, em 2015. Já os EUA apresentavam estabilidade nos níveis de desigualdade. A Turquia desde 2010 vivenciava um aumento da desigualdade, o que continuou em ascensão até a emergência de Erdoğan (2014).

Polônia e Hungria, dois dos países mais utilizados para exemplificar casos em que a democracia ruiu por vias institucionais após a chegada de populistas ao poder, apresentavam baixa desigualdade no ano da eleição do PiS e de Viktor Orbán, respectivamente, com os húngaros tendo a menor desigualdade entre os países listados. Todavia é importante notar que na Polônia a concentração de riqueza vinha diminuindo, ao passo que a Hungria vivenciava o contrário. A Alemanha manteve o Gini baixo nos últimos anos, experimentando um leve aumento quando o AfD se tornou o terceiro partido mais votado nas eleições de 2017.



No Gráfico 2 temos a variação do índice de Gini na França e no Reino Unido de 1989 às eleições presidenciais de 2017 e à vitória do *Brexit*, respectivamente. Optamos por observar tais países em separado dos anteriores uma vez que as principais lideranças populistas não chegaram ao poder. No caso francês, conforme já mencionado, Marine Le Pen perdeu a eleição para Emmanuel Macron no segundo turno. Entretanto, foi o momento em que o *Front National* chegou mais próximo da vitória em sua história. Já no Reino Unido, embora não se tenha configurado a vitória de uma liderança populista ao Parlamento, houve a vitória para deixar a União Europeia através do *Brexit*, de pleno caráter populista.

Gráfico 2: Variação do índice de Gini no Reino Unido e na França entre 1989 e 2017.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no banco de dados de Grymala-Busse e McFaul (2020).

Os gráficos sugerem, portanto, que a desigualdade pode ter tido influência para alguns países. Ao passo que para outros, essa mesma influência pode ter sido em menor proporção, ou sequer existido, de modo que outros fatores, a exemplo de imigração, Estado de bem-estar social e questões culturais, podem ter tido maior influência na ascensão populista.

Por fim, outro ponto que contribui para a ascensão de populistas foram as alterações culturais representadas pela globalização e imigração. Grupos mais conservadores acreditam que a globalização está promovendo uma mudança muito grande e rápida na sociedade, corrompendo valores tradicionais. Questões como legalização do aborto e união homoafetiva são



constantemente pautas em debates e na maioria das plataformas políticas (PRZEWORSKI, 2019; BERMAN, 2021).

Além disso, o fluxo migratório para os EUA e países europeus (principalmente após a crise dos refugiados de 2015 em razão do agravamento da guerra na Síria) tem sido visto como um fator negativo pela direita radical. Desse modo, políticos populistas primeiro diziam que os nativos estavam pagando para os imigrantes viverem em seu país, depois mudaram, afirmando que os nativos estavam perdendo o emprego para os imigrantes (PRZEWORSKI, 2019; BERMAN, 2021). Assim, muitos populistas aproveitam a onda migratória para implantar na população não apenas o medo da perda do emprego, mas também o receio do iminente fim dos valores de suas sociedades. Afirmam que os imigrantes em breve serão maioria, que irão impor sua língua e seus costumes (PRZEWORSKI, 2019; BERMAN, 2021).

Guriev e Papaioannou (2020) apontam que há uma grande disparidade entre o real número de imigrantes e o número que a sociedade acredita ser o real. Nos EUA, onde Donald Trump prometeu construir um muro para impedir a entrada de imigrantes mexicanos, há apenas 10% de imigrantes, não os mais de 35% que a sociedade americana acredita. Já no Reino Unido, onde o medo de perder empregos e a cultura para imigrantes foram fatores fundamentais para o *Brexit*, há menos de 10% de imigrantes, não os mais de 30% que os britânicos percebem. Mas os populistas têm se mostrado muito eficazes em fazer uso de tais percepções errôneas.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA

Robert Dahl (2012) escreveu que a democracia sempre foi a exceção à regra. Talvez por isso que a ascensão de lideranças populistas com discursos e atitudes autoritárias cause tanto receio (ROSANVALLON, 2021). Quais fatores são os responsáveis por fazer uma democracia perdurar? Citamos anteriormente a importância das instituições, porém, sabemos que instituições por si só não são suficientes. Elas precisam funcionar para que uma democracia não acabe como a Alemanha de Weimar ou o Chile de Allende.



Por essa razão, precisamos retomar dois fatores que Dahl (2001) trouxe como essenciais à democracia e que têm grande relação com as circunstâncias narradas até o momento: ausência de controle estrangeiro e a cultura política democrática.

A ausência de controles estrangeiros à democracia é uma das condições essenciais para que as instituições democráticas possam se desenvolver e, conseqüentemente, funcionar (DAHL, 2001). Países a exemplo da Polônia e Hungria, não mais considerados democráticos (ROSANVALLON, 2021), foram impedidos de desenvolver suas instituições em decorrência da longa intervenção soviética durante a Guerra Fria (DAHL, 2001). Outra condição essencial para a perpetuação da democracia é a cultura política e a convicção democrática (DAHL, 2001). As projeções para um regime democrático estável são mais otimistas quando os cidadãos e os governantes apoiam as práticas e os princípios da democracia. Para Dahl (2001) essa guarida torna-se mais forte na medida em que as crenças e a predisposição para viver sobre a democracia são passadas de geração em geração, tornando uma herança e criando a vivaz cultura democrática.

Não podemos esperar que referida cultura seja construída do dia para a noite. Trata-se de um processo longo e trabalhoso. Os Estados Unidos já contam com uma democracia secular, na qual foi possível o contínuo aprimoramento das instituições, o que contribuiu para a criação da cultura democrática no país. Certamente isso corroborou para a sobrevivência ao governo Trump, que ao longo da campanha eleitoral de 2016 e de seu mandato, insistiu na segregação entre bons e maus americanos, trabalhou contra a manutenção da tolerância política e da civilidade, além de ter tentado dismantelar as instituições (DIAMOND, 2020; ROSANVALLON, 2021). A invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, promovida por apoiadores de Trump e inflamada pelo mesmo, com o objetivo de impedir a certificação da vitória de Joe Biden nas eleições de 2020, escancarou que a democracia americana estava frágil e polarizada; ao mesmo tempo em que o fracasso desse ato e a posse do presidente eleito mostraram que à democracia ainda é prezada e goza de força no país. Cabe lembrar que antes da invasão ao Capitólio, Trump tentou por várias vezes reverter o resultado das eleições perante a Suprema Corte, composta de maioria republicana, e que concedeu a Trump uma coleção de derrotas judiciais, que evidenciaram o funcionamento da instituição e a cultura democrática dos seus membros.



O equivalente não pode ser dito em relação à Hungria, Polônia, Filipinas, Turquia, entre outros. São países que não gozaram do tempo necessário para aprimorarem instituições e desenvolverem uma cultura de apoio à democracia. Logo, a comparação entre esses e os Estados Unidos, da mesma forma que outras democracias avançadas a exemplo do Reino Unido e Alemanha, podem ser feitas, mas com bastante delicadeza. Não significa dizer que esses últimos estão imunes a um colapso democrático, apenas que a ascensão de populistas não representa o iminente fim da democracia.

5. CONCLUSÃO

Conforme afirmam Przeworski (2019) e Diamond (2020), as democracias não estão à beira do colapso na maioria dos países, uma vez que em muitas as instituições ainda estão funcionando. Entretanto, deixam claro que o estado atual é preocupante e atenção é necessária. Apesar de tantos populistas com um discurso xenófobo, racista, conservador e fundamentalista religioso (MUDDE, 2019; DIAMOND, 2020; GURIEV e PAPAIOANNOU, 2021) estarem ganhando cada vez mais apoio, a derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais em 2020 pode ser o início de uma mudança gradativa (ou não).

Os achados do trabalho mostram que a desigualdade por si só não é motivo suficiente para explicar a ascensão de populistas ao poder. A variação do índice de Gini nos países analisados demonstra que populistas podem emergir em ambientes de baixa e alta desigualdade, ou seja, é necessário o estudo de outros fatores como imigração, e outras questões econômicas, e socioculturais.

Portanto, o populismo se apresenta como o grande inimigo da democracia no século XXI, que ao contrário das ideologias totalitárias e dos regimes autoritários que permearam o século anterior, não nega a democracia, mas se apresenta como uma forma de potencializar a mesma. Os tempos estão mudando, e o *mainstream* político precisa estar atento às demandas da sociedade. Se há um receio social infundado quanto ao número de imigrantes entrando em seu país, “roubando” empregos e modificando a cultura, cabe aos políticos tradicionais dialogar com essas pessoas. Uma reaproximação da elite política com a sociedade é fundamental para que sejam entendidos os receios desta última, caso contrário, populistas utilizarão ainda mais o



discurso sobre a “traição do *establishment*”. Em países que já colecionam décadas, ou séculos, de democracia em sua história e possuem uma economia robusta, a chegada de um populista ao poder representa mais um alerta do que a iminência do colapso da democracia e suas instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, D.; Robinson, James A. (2019). *The Narrow Corridor: How Nations Struggle for Liberty*. UK: Penguin Books.

BBC News. (2011). Chile recognises 9,800 more victims of Pinochet's rule. Disponível: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-14584095>. (Acesso em: 20 jan. 2022).

Berman, S. (2021). ‘The Causes of Populism in the West’, *Annual Review of Political Science*, 24, pp. 71-88.

Canovan, M. (1999). ‘Trust the people! Populism and the two faces of democracy’, *Political Studies*, XLVII, pp. 2-16.

Dahl, R. (2001). *Sobre a Democracia*. 1ª.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Dahl, R. (2012). *A democracia e seus críticos*. 1ª.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Diamond, L. (2015). ‘Facing up to the democratic recession’, *Journal of Democracy*, 6 (1), p p. 141-155.

Diamond, L. (2020). *Ill winds: Saving democracy from Russian rage, Chinese ambition, and American complacency*. UK: Penguin Books.



Eatwell, R.; Goodwin, M. (2020). *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Rio de Janeiro: Record.

Eichengreen, B. (2018). *The populist temptation: Economic grievance and political reaction in the modern era*. Oxford: Oxford University Press.

Foa, R. S.; Mounk, Y. (2016). 'The danger of deconsolidation: the democratic disconnect', *Journal of democracy*, 27 (3), pp. 5-176.

Fukuyama, Francis. (1989). The end of history?, *The national interest*, n. 16, p. 3-18.

Fukuyama, Francis. (1992). *The end of history and the last man*. Nova York: Free Press.

Grzymala-Busse, A.; McFaul, M. (2020). Global Populisms Project, Stanford: Stanford University. "Votes for Populists" database, <https://fsi.stanford.edu/global-populisms/content/vote-populists>.

Guriev, S.; Papaioannou, E. (2020). The political economy of populism. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3542052> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3542052>.

Huntington, S. P. (1993). *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. University of Oklahoma Press.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mounk, Y. (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Editora Schwarcz S.A.



Mudde, C.; Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Mudde, C. (2019). *The far right today*. Hoboken (NJ): John Wiley & Sons.

Müller, J. (2016). *What is populism?*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Müller, J. (2021). *Democracy rules*. Farrar, Straus and Giroux,.

Przeworski, A. (2019). *Crises da democracia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A.

Rosanvallon, P. (2021). *O século do populismo: história, teoria, crítica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades.

Shugart, M.; Carey, J. M. (1992). *Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Svolik, M. W. (2015). 'Which democracies will last? Coups, incumbent takeovers, and the dynamic of democratic consolidation', *British Journal of Political Science*, 45 (4), pp. 715-738.

